

DOS RUIDOS NA COMUNICAÇÃO

Suzi Frankl Sperber

O problema da redação, em nível médio e até mesmo universitário tem sido resolvido através de regras de bem escrever. No século passado eram as retóricas que forneciam estas regras. Atualmente, como se tem a consciência de que a escritura não é o resultado da estrita aplicação de regras, passou-se a um sistema fundamentado em raízes psicológicas: o método, ou os métodos, visam a libertação, a descontração do aluno que, assim, saberá verbalizar o que pensa, sente, ou vê. Não pretendemos opor-nos a nenhum sistema. Porém parece-nos que o recurso psicologizante ainda não resolverá um problema que é, antes de mais nada, literário.

Se o ato de escrever pretende estar ligado à criação, é óbvio que se quer literário. Antes, porém, considerá-lo-emos como ato de comunicação. Neste sentido, a mensagem só será recebida pelo receptor, bem, sem ruído, caso obedeça às características essenciais da comunicação: o contexto deverá estar correta e suficientemente referido. Caso isto não ocorra, há ocasião para quiproquós. Uma redação que se quer irônica, precisa estar referida a um contexto conhecido, caso não queira correr o risco de ser ofensiva. (Um professor fazia certo gênero de brincadeiras com seus alunos. Um deles, dada a ocasião, escreveu algo em tom irônico. No ano seguinte, em outro nível e com outro professor, o aluno decidiu apresentar a mesma redação, que havia sido considerada genial, para poupar-se o trabalho de redigir uma outra. Resultado: a brincadeira, desligada de um contexto, perdeu seu sentido. Automaticamente, o que restava passou a ter cunho agressivo, ofensivo ou tolo). Dissemos "suficientemente" referido, porque as vaguezas de partes de relato são só possíveis quando há um contexto para o qual estas podem ser referidas. Caso isto não ocorra, haverá apenas um acúmulo de vaguezas e de indefinições, que não per-

mitirão ao receptor que compreenda a mensagem. O ruído, neste caso, decorerá da ausência de referência clara. (Como exemplo transcreveremos um primeiro parágrafo de redação: “O casarão grande da fazenda, que hora atrás se caracterizava pela confusão de vozes e de passos, em grande ruído, agora está silencioso e também vazio. Mas ele não está tão silencioso assim porque aos meus ouvidos está se aproximando um ruído lento que vem de alguma parte do imenso casarão. Sim, este ruído persistente acaba de me dizer que há alguém ali dentro, que afinal o casarão sempre teve vida, nada há de inanimado em si, porque suas portas sorriem para o sol e sorriem para a vida.”)

Além das redundâncias que, inúteis, desperdiçam palavras e esvaziam os signos “confusão de vozes e de passos, em grande ruído” — “um ruído lento que vem de alguma parte do imenso casarão. Sim, este ruído persistente acaba de me dizer que” — e mesmo “casarão grande” — tanto a casa grande como os ruídos /e o “ruído lento”/ como “vida”, “sorriso para a vida” e “para o sol” “são vagos, indefinidos e se aproximam de lugares comuns).

É claro que poderá haver linguagem com função fática (voltada para o contato). Mas nem sempre será possível, nem útil. É certo que o contato com o receptor só se estabelece se ele, receptor, estiver na mente do emissor, quando escreve. Do mesmo modo, a linguagem deverá estar versada em um código conhecido; este código não é que deva ser obrigatoriamente conhecido *pelo* receptor, mas deve *dar-se a conhecer, através do próprio texto, ao receptor*. Para isto é preciso uma coerência lingüística; e o inusitado e inovado deverá obedecer às leis da língua, nos seus três níveis. Em primeiro lugar precisará corresponder ao que é característico do tipo lingüístico. Em segundo lugar, deverá corresponder ao sistema. Finalmente, à fala, caso aborde ou chegue a este nível. O sufixo “-ência” por exemplo tem o sentido de ação ou o resultado dela, estado. É usado em casos como “anuência”, “concorrência”. Quando alguém crê fazer uma inovação e, sobre palavra *existente, constituída, dicionarizada*, retira um sufixo para substituí-lo por outro, sem ter em conta os tipos lingüísticos, não só não acrescenta nada ao vocábulo como o esvazia de seu sentido. Não seria o caso de “acontecência”? *Acontecimento* já tem o sufixo “-mento”. A substituição é pobre, nada acrescentando o sufixo *ência*, já que ambos têm praticamente o mesmo sentido (ação ou resultado dela). Seguindo a mesma linha de considerações, as repetições de palavras convencionalmente onoma-

topéicas (bi-bi-buzina de carro), ou de palavras só (fale-fale-fale) não equivalem à ênfase do significante. Somente palavras que contêm aliterações ou assonâncias ou que são formadas de sufixos ou prefixos que se repetem e sempre dentro das normas dos tipos lingüísticos, conseguem um efeito renovado da onomatopéia, um efeito já não convencional — de grande carga significante.

Um dos maiores “ruídos” das redações é uma linguagem de função metalingüística indevida, incompreendida e ambígua. A linguagem voltada para o código tem, como ensina Roman Jakobson, função metalingüística. Ora, isto quer dizer que a linguagem se *preocupa* com a própria escritura, *dentro* da literatura. Há tantos exemplos possíveis. Mas vai um de Graciliano Ramos:

“Habituei-me a escrever, como já disse. Nunca estudei; sou um ignorante, e julgo que os meus escritos não prestam. Mas adquiri cedo o vício de ler romances e posso, com facilidade, arranjar um artigo, talvez um conto. Compus, no tempo da métrica e da rima, um livro de versos. Eram duzentos sonetos, aproximadamente.”

(*Augústia*, 8.^a ed., S. Paulo, Martins, 1961) (p. 39)

A confusão habitual é a de uma redação ser vista como receptáculo de “idéias”. Na mente do aluno, “idéia” é igual a “filosofia”. E, portanto, ele “filosofa”. O filosofar em si é metalinguagem (no sentido exposto pelo próprio Roland Barthes, em que metalinguagem será toda linguagem voltada a um código. Se o código for a ciência, teremos metalinguagem matemática, etc.). Mas na redação o que há é uma metalinguagem ambígua, porque se quer “redação” (portanto, “caso”), isto é, linguagem-objeto. E indevida. Mas também insuficiente, porque não tem as características científicas necessárias para que aquilo seja um ensaio ou um tratado. Neste tipo de “metalinguagem”, além da função metalingüística, coexiste a função emotiva, expressa por um discurso emotivo ou por exclamações e interjeições. E, ainda, não é científica porque fala vagamente, em dados, sem levantamentos, a partir de impressões: é uma pseudo-metalinguagem, ou metalinguagem emotivo-impressionista! Eis alguns exemplos:

“A infância é a idade que vai desde nosso nascimento até 12 anos. Nesta idade está toda sob a tutela dos pais. Não tem liberdade para nada. (sic).

Todos os seus atos de responsabilidade depende (sic) dos seus progenitores. Não pode ir ao cinema sem licença dos pais.

Não pode ir a um aniversário de um amiguinho sem autorização da mamãe. Se quiser visitar um amiguinho tem que primeiro comunicar a família. É a fase de dependência da criança. (sic).”

Ou então, outro extrato:

“Vinde à (sic) mim as criancinhas, porque delas é o reino dos céus!

Se as crianças não gritarem, as pedras o farão!

Magníficas e *encantadoras* palavras do Divino Mestre.

Infância, *fase ditosa de nossa vida!* Oxalá se (sic) ela nunca nos deixasse! Seria um infindar contínuo de porquês.”

Ora, literatura é linguagem-objeto. É a linguagem que fala a coisa. Não fala *sobre* a coisa. Que quer dizer isto?

“Nasci na rua do Rosário, numa casa pintada de verde, defronte da loja de Chico Martins, da qual meu pai era caixeiro.”

Gilberto Amado, *História da Minha Infância*,

R. de Janeiro, José Olympio, 1954.

Ainda que este livro, especificamente, seja de memórias, principia contando a coisa: insere a narrativa em um ambiente, em um espaço. E sem emotividade! Não só escritores consagrados são capazes de linguagem-objeto: alunos, principiantes, também.

“Chegou a mudança. Uma casa bonita e espaçosa para cinco pessoas os pais e três crianças.”

Portanto, todas as regras, todos os esquemas que de alguma forma levem à metalinguagem, mentem ou falseiam as características próprias da literatura. Uma redação, contando uma estória, não poderá preocupar-se diretamente com assuntos que não sejam ação ou preocupação com o código, dentro da ação, com a ação.

Fundamentalmente, o outro tipo de ruído mais comprometedor, é a hesitação entre os sistemas de linguagem. O primeiro sistema da linguagem é aquele que aproveita o signo com suas virtualidades em nível do concreto e do animado e, por extensão, do individual. É:

significante	significado
signo	

Se o tema de uma redação for “trajeto”, por exemplo, o signo “trajeto” em que o significante seria a sua sonoridade — que sempre poderia ser explorada (tr-tra-jet-jeto-je-to), o significado é estritamente percurso. Ora, o mais comum é que o tema seja desenvolvido a partir de outro sistema: um segundo sistema. O significante de trajeto é ignorado. O significado também (percurso). E o signo é tomado como significante, como todo que oblitera o primeiro sistema, em que, agora, o significado será “vida”. A consequência será, novamente, o emprego indevido de uma pseudo-metalinguagem.

Mas não é só. O segundo sistema da linguagem é um sistema semiológico segundo, superposto ao primeiro, segundo Roland Barthes. “O que é signo (isto é, total associativo de um conceito e de uma imagem) no primeiro sistema, torna-se simples significante no segundo sistema. Deste modo cria-se uma palavra mítica. As matérias desta palavra mítica (que, além da língua propriamente dita, também pode ser fotografia, pintura, cartaz, rito, objeto, etc.), por mais diferentes que sejam no princípio, e desde o momento em que são apanhadas pelo mito, são levadas a uma pura função significante: o mito não vê nelas senão uma matéria-prima; a unidade destas matérias-primas está em que todas elas são reduzidas ao simples estado de linguagem. Quer se trate de uma grafia literal ou de uma grafia pictural, o mito não quer ver aí senão um total de signos, senão um signo global, o termo final de uma primeira corrente semiológica. E é precisamente este termo final que se transforma em primeiro termo parcial do sistema aumentado, que ele constrói. A coisa se dá como se o mito recortasse de um entalhe o sistema formal das primeiras significações. O gráfico que segue é uma metáfora, na sua espacialização do esquema:

I — Significante	2 — Significado
3 — SIGNO = I — significante	II — SIGNIFICAÇÃO
III — SENTIDO	

(Barthes, Roland, *Mythologies*, Paris, Seuil, (c.1957))

Neste segundo sistema de linguagem, como é o caso de nosso estudo, ocorre a naturalização dos conceitos: os nomes perdem seu valor imediato e nomes, coisas, pessoas, passam a funcionar como existentes desde sempre, desde os primórdios. Ora, naturalização não é o mesmo que generalização. E em redações, assim como em certas obras (José Mauro de Vasconcelos, por exemplo), o que ocorre é a hesitação entre a vontade de naturalização e a real generalização da linguagem do autor. O segundo sistema da linguagem não é compreendido, pois, e é simplificado. A naturalização não sabe ser mantida e levada às suas últimas conseqüências, porque é desconhecida. Então ocorre, em lugar da naturalização, o abstrato, a animação ilegítima, insuficiente e insipiente mesmo do animado. Para compensar o que fica frouxo, há a animação do inanimado também. No mito, a partir da definição de Roland Barthes, vemos que a linguagem apresenta uma alternância entre forma (3-signo = I significante) e sentido (ou III, isto é, o segundo signo proposto, montado sobre o primeiro, este esvaziado de sentido). Nesta outra linguagem, porém, nesta que tende para a generalização, a alternância existe entre forma e forma e sentido, passo a passo. Tende para o mito, mas ao aproximar-se da naturalização, atinge a generalização e depressa, por falta de confiança e de conhecimento das potencialidades do mito, volta para o concreto, que, entretanto se indefine, se inanima e é expresso por uma linguagem de função referencial mesclada grandemente com função emotiva, que se quer poesia, na realidade “ersatz” de poesia.

Vejamos alguns exemplos:

“Ponteando a virada do rochedo, a cruz na Pedra.” (Por que Pedra com maiúscula? Símbolo? Portanto busca a generalização. E rochedo tem virada?) “Não simplesmente uma cruz. Havia também a mulher sentada a seus pés. Parecia fincada, numa imobilidade que nem vento nem chuvas conseguiam alterar.”

Vilma Guimarães Rosa, *A Cruz de Pedra*, in Cláudia, (p. 127).

Dentro desta hesitação entre os dois sistemas de linguagem, ainda podemos encontrar outros ruídos. A generalização de que falamos leva para o abstrato. O abstrato apresenta-se como “ersatz” (substituto) do absoluto, do alto nível filosófico. Não é a abstração pura, também. É, antes, “ersatz” de abstração: é indefinição, incompleta; é pobre, é vazio.

“As crianças cresceram, vieram novas crianças espiar a “doida”. Os pescadores se benziam, respeitando a mulher e a cruz. Maria, esperando. Ela gostaria de fazer perguntas ao mar. Só o mar sabe a verdade. Mas não diz. O mar é sábio, misterioso e discreto.”

(op. cit., p. 130).

O que é individual na estória, porque há ação e personagens, pretende fazer-se universal, através de uma ação em que se perde o sentido da verossimilhança, ou da franca e aberta inverossimilhança :

“Alguns pescadores avistaram a cruz. Maria, ainda .. espera de Antônio? Fixaram o olhar, porque faltava algo na paisagem. Não, não mais Maria. Simplesmente uma cruz...”

(op. cit., p. 130).

Nitidamente percebemos que em todos estes ruídos ocorre um único fenômeno: as funções foram confundidas com temas que geralmente são expressos por lugares comuns: “Debruçou o rosto desfigurado pelo cansaço sobre o rosto dela úmido de lágrimas e adormecido.” (op. cit., p. 130).

“Bebeu longo e saboroso gole.” (op. cit., p. 130).

“A bebida desceu-lhe quente, caindo no estômago vazio. E os vapores subiram-lhe à cabeça. No torpor da semi-inconsciência que se seguiu aos poucos minutos de excitação, a coisa pareceu-lhe fácil demais. Abriu a porta, saindo em busca do impossível.” (op. cit., p. 130).

O que de um modo geral é esquecido, ou temido por desconhecimento, não só em redação, senão também por certos escritores — esses que podemos qualificar como autores de “kitsch” — e que decorre das características ex-nominatórias de nossa sociedade, como o diz Roland Barthes, é o sistema de nossa língua. E o sistema das falas regionais. Quando (já houve isso), um autor queria ser “regional”, empregava palavras locais, ou imitava uma prosódia, sem se lembrar do sistema.

Em princípio podemos dizer que o sistema de nossa língua, portanto sistema primeiro, é analítico e linear. Portanto tende para o concreto e para o individual. Por isto, toda virada para o abstrato e para o universal, onde não entre em conta o sistema, que é antes de mais nada animado, não se indefine, nem perde animação impunemente. Imediatamente o autor da inanimação intui a falha e anima o inanimado indevidamente, pretendendo fazer “filosofia”. (Há, como exemplo, “florzinhas” que falam, e plantas, e canoas e objetos diversos, tais como cadeiras

e agulhas e bonecas e outros). Estas tendências existem sempre que o sistema real-primeiro de nossa língua é substituído por um pretense segundo sistema, que, de analítico — isto é — pseudo-analítico, terá uma síntese simplificadora e, novamente, indefinidora. A linguagem, neste processo, intransitiva porque fala sobre a coisa, correrá o risco de consumir-se na sua formulação e, assim, impedir a transmissão da mensagem. (Mas mensagem não quer dizer “súmula filosófica”! Não é “mensagem de Cristo”. Entenda-se mensagem como comunicação.)

Todas estas observações giraram em torno da linguagem transitiva. Na linguagem adequada, coerente e determinante qualquer mensagem saberá ser transmitida. Portanto, eliminados os ruídos da comunicação, a linguagem está mais próxima do fato literário. A partir deste ponto são possíveis, úteis e eficientes as noções acerca do próprio fato literário, dos seus discursos, de foco narrativo e dos conseqüentes fenômenos de desvios de atenção, desvios de linguagem, que aproximam ou afastam o receptor da narrativa — e tempo e espaço e personagem, todos estes elementos de fatura da narrativa. Deste modo terá sido possível a integração entre língua e literatura; terá sido possível partir de estudos de fala (não realizados nos limites desta exposição) para levar à literatura. E esta integração será lógica, mais facilmente compreensível e incorruptora. Porém, como partir da fala? Através, apenas da consciência e do conhecimento dos ruídos na comunicação? É claro que não. A realidade em si, bem como a realidade da fala precisam de exame. Não as aprendemos automaticamente, porque nossa sociedade, e nós dentro desta sociedade, somos envolvidos por mitificações. Portanto, tanto a realidade como a fala terão que ser pesquisados. A partir de orientação de pesquisa, seriam examinadas as falas locais, bem como aspectos locais de interesse. E só a partir deste exame é que é possível uma comunicação. Porque sempre, ao falarmos de comunicação, ao pretendermos comunicar, precisamos *ter o que comunicar*. Estabelee-se, pelo conhecimento da realidade, não só o seu conhecimento, como também a consciência do que e de como é.